

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES DA FIBRA LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL

Pelo presente instrumento, como **EMISSORA, FIBRA LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL**, companhia aberta, com sede à Rua Engenheiro Rebouças, 964 - sala 1, São Caetano do Sul - Estado de São Paulo, inscrita no CGC sob o nº 71.590.798/0001-17 neste ato representada na forma de seu estatuto social e, como **AGENTE FIDUCIÁRIO**, nomeado nesta escritura e nela Interviente, representando a comunhão de debenturistas da presente emissão, **OLIVEIRA BASTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, com sede à Av. das Américas, 1155 - gr.1301, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no C.G.C. sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu contrato social, vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar a presente Escritura de Emissão de Debêntures Simples, mediante as seguintes cláusulas e condições:

I
DA AUTORIZAÇÃO

A presente escritura é celebrada com base nas autorizações deliberadas na Assembléia Geral Extraordinária da EMISSORA realizada em 28 de abril de 1995.

II
DOS REQUISITOS

A emissão de debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

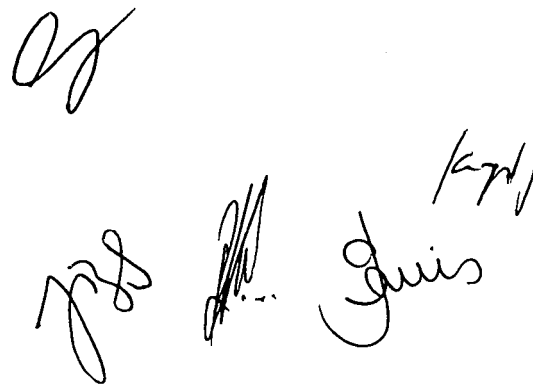
A emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na forma das Leis nºs. 6385, de 07 de dezembro de 1976, e 6404, de 15 de dezembro de 1976, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2. Arquivamento da Ata da Assembléia Geral Extraordinária

A ata da Assembléia Geral Extraordinária que deliberou sobre a emissão de debêntures será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

3. Registro da Escritura de Emissão

Esta escritura será registrada no competente Cartório de Registro de Imóveis de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo.



III DA EMISSÃO

Os seguintes requisitos serão observados na presente emissão :

1. Colocação

O lançamento será público, mediante interveniência de instituições financeiras, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80.

2. Negociação

A emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do SND -Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA-Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizada pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos-CETIP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 56/88.

3. Valor Total da Emissão

O valor da emissão será de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).

4. Valor nominal

As debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

5. Quantidade de Títulos

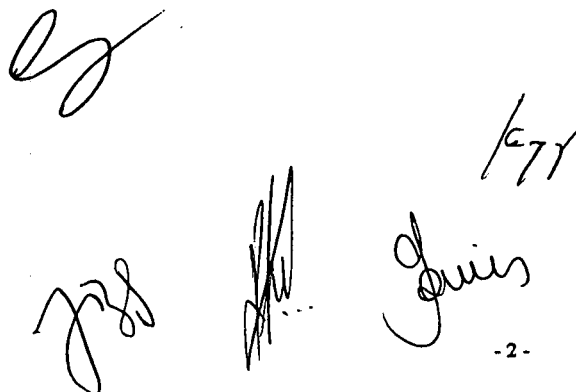
Serão emitidas 10.000 (dez mil) debêntures.

6. Séries

A emissão será efetuada em série única.

7. Delegação

A Assembléia Geral Extraordinária mencionada na cláusula I desta escritura delegou poderes ao Conselho de Administração da EMISSORA para deliberar, com referência às deliberações ora tomadas, sobre as condições das debêntures constantes dos incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei nº 6404/76.



Three handwritten signatures are present at the bottom right of the page. The first signature is a stylized 'S' or 'J'. The second signature is a more complex, cursive script. The third signature is a cursive name that appears to be 'Guil'.

IV DO TÍTULO

As debêntures terão as seguintes condições e características :

1. Forma e Conversibilidade

As debêntures serão nominativas não endossáveis, e não conversíveis em ações.

2. Espécie

As debêntures serão da espécie subordinada.

3. Data da Emissão

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures será 01 de maio de 1995.

4. Prazo e Data de Vencimento

As debêntures terão prazo de 10 (dez) anos, contados da data de emissão, vencendo-se portanto em 01 de maio de 2005.

5. Base de Remuneração

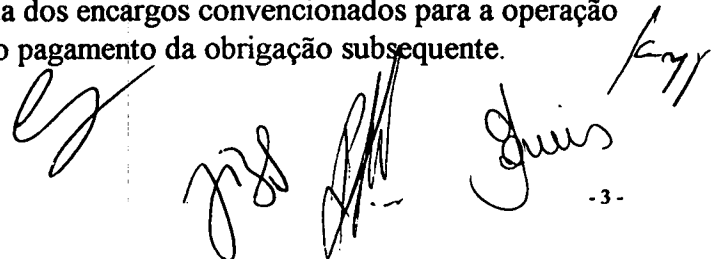
As debêntures desta emissão farão jus a remuneração, a partir da data de emissão até o vencimento, calculada de acordo com a variação da TR - Taxa Referencial.

5.1. O valor da remuneração correspondente à variação acumulada da TR será capitalizado e acrescido ao valor nominal das debêntures e o valor assim obtido será considerado como base de remuneração para fins de cálculo de qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura, inclusive para efeito do pagamento das debêntures por ocasião da recompra, do resgate ou vencimento das debêntures.

5.2. A apuração do montante das obrigações que se devam liquidar em datas intermediárias, ou seja, cujo vencimento não ocorra no primeiro dia de cada mês, será efetuada mediante a aplicação da variação "pro-rata-temporis" por dias úteis da TR do mês.

5.3. Na hipótese de extinção da TR - Taxa Referencial, ou se por qualquer motivo tornar-se impossível a sua utilização como base de remuneração, o parâmetro de remuneração que a substitua será automaticamente aplicável à emissão de que se trata.

5.4. Se na data do vencimento da obrigação a taxa a ser aplicada não estiver disponível para o cálculo, este poderá ser efetuado pela taxa aplicada à obrigação do mês imediatamente anterior. A diferença apurada quando da disponibilidade da taxa acrescida dos encargos convencionados para a operação será paga na data da operação ou juntamente com o pagamento da obrigação subsequente.



6 Preço de Subscrição e Forma de Pagamento

O preço de subscrição das debêntures será o seu valor nominal acrescido da base de remuneração, juros remuneratórios e do prêmio, conforme itens 7 e 8, calculados de forma "pro rata-temporis" da data de emissão até a data da subscrição. As debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição.

7. Juros Remuneratórios

Às debêntures da presente emissão farão jus à percepção de juros remuneratórios, a partir da data de emissão capitalizados à base de 12% (doze por cento) ao ano. A parcela de juros remuneratórios será calculada exponencialmente por dias decorridos, incidindo sobre o valor pecuniário resultante do previsto no subitem 5.1., e será paga nas datas de repactuação.

8. Prêmio

As debêntures farão jus a um prêmio a ser pago na data de repactuação das debêntures, e será o valor correspondente à capitalização de 6% (seis por cento) ao ano, a partir da data de emissão, ou da última repactuação, a ser acrescido linearmente aos juros remuneratórios, perfazendo uma remuneração total de 18% (dezoito por cento) ao ano, que incidirá sobre o valor pecuniário resultante do previsto no subitem 5.1 acima.

9. Repactuação

O Conselho de Administração da Emissora se reunirá previamente à data de cada repactuação para deliberar sobre o período de repactuação subsequente, os juros remuneratórios e prêmios, inclusive os de permanência, se julgar necessário, seus critérios e épocas de pagamento. As deliberações do Conselho de Administração da emissora relativas a cada repactuação, serão publicadas pela Emissora até o 10º (décimo) dia que anteceder à data de repatuação.

9.1. Fica desde já definido que a data da primeira repactuação será 01 de maio de 1996.

10. Aquisição Obrigatória

A Emissora compromete-se a adquirir, pelo valor nominal, acrescido de juros e prêmio, se houver, nas datas de repactuação, a totalidade das debêntures em circulação relativas à presente emissão, à opção dos debenturistas que não aceitarem as condições das repactuações deliberadas pelo Conselho de Administração da Emissora. Caso o debenturista opte pela venda das debêntures à Emissora, deverá se habilitar no período compreendido entre o 10º (décimo) e o 5º (quinto) dia imediatamente anterior ao dia da repactuação, mediante o registro formal protocolado junto à prestadora de serviço de debenturistas ou junto à Emissora. As debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado.



11. Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação, por preço não superior ao de seu valor nominal, observado o disposto no artigo 55 da Lei nº 6.404/76, sendo que nesta hipótese, os juros e prêmio devidos pela Emissora serão acrescidos ao valor das debêntures adquiridas. As debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado.

12 Juros de Mora

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1,0% (hum por cento) ao mês, além dos juros remuneratórios e prêmio, tal como estabelecido nesta escritura, calculados desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

13. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto no item anterior, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias nas datas previstas na escritura de emissão, não lhe dará o direito ao recebimento de juros ou prêmio no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

14. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

15. Local de Pagamento

Os pagamentos referentes ao principal e rendimentos, a que fazem jus as debêntures desta emissão, serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela Cetip, ou na sede da Sociedade, na hipótese do debenturista não estar vinculado a este sistema, ou ainda, da Instituição Financeira contratada para tal fim.

16. Publicação na Imprensa

Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados, na forma de avisos, no jornal "O Estado de S. Paulo", em prazos tais que permitam aos debenturistas o adequado acompanhamento das ocorrências na vida das debêntures.



17. Vencimento Antecipado

O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora das debêntures em circulação, do valor nominal acrescido de juros e prêmios calculados na forma da escritura, na ocorrência dos seguintes eventos:

- a) Protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora;
- b) Pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora;
- c) Decretação de falência da Emissora;
- d) Falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação prevista na escritura, não sanada em 15 (quinze) dias, contados do aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário; e
- e) Vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, em razão de inadimplência contratual, cujo montante possa, de qualquer forma vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora, prevista na escritura de emissão.

V

RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO

As debêntures objeto desta emissão, por decisão do Conselho de Administração da emissora, e mediante aviso prévio de 5 (cinco) dias úteis, poderão ser resgatadas, de forma total ou parcial, neste caso mediante sorteio, com pagamento do principal, juros e prêmio a que fizerem jus.

VI

OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A EMISSORA está adicionalmente obrigada a :

1. Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO :

- a) dentro de no máximo 60 (sessenta) dias após o término do seu primeiro semestre social, cópia de seus demonstrativos financeiros, relativos a esse semestre social;
- b) dentro de no máximo 120 (cento e vinte) dias após o término de cada exercício social, demonstrativos financeiros completos, relativos a esse exercício social;
- c) imediatamente, qualquer informação disponível que lhe venha a ser solicitada;
- d) as informações pertinentes às Instruções CVM nº 202/93, com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM.

2. Submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;

3. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus acionistas e debenturistas as Demonstrações Financeiras previstas no art. 176 da Lei nº 6404/76;

[Handwritten signatures and initials]

4. Manter em adequado funcionamento um departamento para atender, de forma eficiente aos debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para que prestem esse serviço.

VII ASSEMBLÉIA DE DEBENTURISTAS

Os titulares das debêntures desta emissão, a qualquer tempo, poderão reunir-se em assembleias a fim de deliberarem sobre qualquer matéria de interesse da comunhão de debenturistas. A Assembleia poderá ser convocada pela **EMISSORA**, por debenturistas que representem no mínimo 10% (dez por cento) das debêntures em circulação, de cada uma das séries, pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO** ou pela Comissão de Valores Mobiliários. A Presidência da Assembleia caberá a um debenturista eleito pelos titulares das debêntures em circulação. A Assembleia se instalará em primeira convocação com a presença de debenturistas que representem no mínimo, metade das debêntures em circulação e em segunda convocação com qualquer número. Nas deliberações da Assembleia, cada debênture dará direito a um voto. Quaisquer modificações nas condições das debêntures objeto da presente escritura dependerão da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das debêntures em circulação, excluindo-se, para efeito deste quorum, as debêntures pertencentes à **EMISSORA**. O **AGENTE FIDUCIÁRIO** comparecerá às Assembleias de Debenturistas.




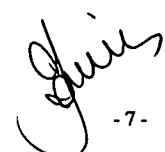
VIII DO AGENTE FIDUCIÁRIO

Comparece neste ato o **AGENTE FIDUCIÁRIO** da presente emissão, de acordo com o artigo 66 da Lei nº 6.404, declarando:

- a) aceitar a função que lhe foi conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta escritura;
- b) aceitar integralmente a presente escritura, todas as suas cláusulas e condições.
- c) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Será devido ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta escritura, uma remuneração paga da seguinte forma:

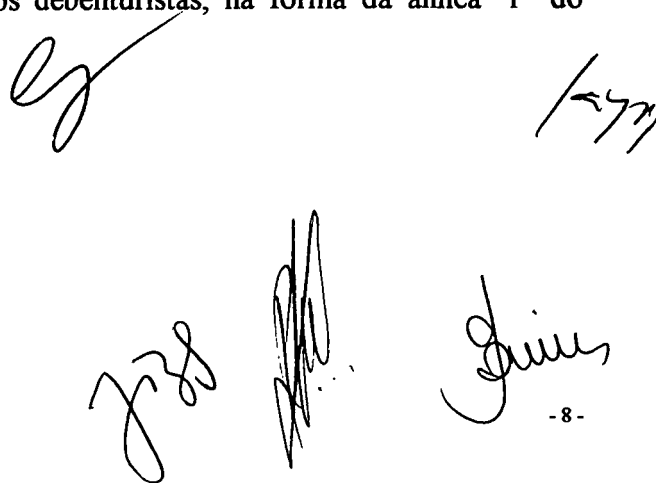
- a) Parcelas anuais antecipadas de R\$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais) vencíveis a primeira no 1º dia do mês seguinte ao da obtenção do Registro na CVM, e as demais no mesmo dia e mês dos anos subsequentes;





-7-

- b) As parcelas serão reajustadas pela variação acumulada do IPC-r (Índice Preços ao Consumidor em real), ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo mesmo índice de atualização do valor da emissão e debêntures, a partir de 01/05/95 até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculadas "pro-rata dia" se necessário ou se pagas após o vencimento, mediante a utilização do IPC-r do mês anterior.
- c) As remunerações não incluem as despesas com publicações, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, a serem cobertas pela Emissora;
- d) Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conofrme previsto em Lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, custas judiciais e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ação sjudiciais serão igulamente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias.
- e) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas na escritura de emissão;
- f) As parcelas serão acrescidas dos seguintes Impostos: ISS (Impostos sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o imposto de renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

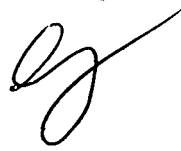
PARÁGRAFO SEGUNDO - A substituição do Agente Fiduciário observará as seguintes condições:

- a) nos casos de vacância, mediante nomeação pela Emissora e aditamento à presente escritura;
- b) é facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das debêntures no mercado, a proceder à substituição do Agente Fiduciário e a indicação de seu eventual substituto, em assembléia dos debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- c) a substituição não implicará em remuneração superior à ora avençada. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após a nomeação, comunicá-la aos debenturistas, na forma da alínea "r" do parágrafo seguinte.

The block contains several handwritten signatures and initials. At the top left is a large, stylized signature. To its right are the initials 'L-471'. Below these, there are three more signatures: one on the left, one in the center, and one on the right.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Compete ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo o homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas na escritura de emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro da escritura de emissão e respectivos diatamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que este lhe forneça as indicações e documentos necessários.
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das debêntures;
- h) solicitar, quando julgar necessário para fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, juntas de conciliação e julgamento, procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da companhia EMISSORA;
- i) Solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na empresa;
- j) convocar, quando necessário, a assembleia de debenturistas, através de anúncio público, pelo menos por três vezes, nos órgãos de imprensa onde a companhia EMISSORA deve efetuar suas publicações;



- k) comparecer à assembléia dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- l) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do art. 68 § 1º, b da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter ao menos as seguintes informações;
1. eventual omissão ou inveracidade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela companhia ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela companhia;
 2. alterações estatutárias ocorridas no período;
 3. comentários sobre as demonstrações financeiras da companhia, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa;
 4. posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado;
 5. resgate, amortização, repactuação e pagamento de juros das debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela companhia EMISSORA;
 6. acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da companhia EMISSORA;
 7. cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão;
 8. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de **AGENTE FIDUCIÁRIO**;
- m) colocar o relatório de que trata o inciso anterior à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da companhia nos seguintes locais:
1. na sede da companhia
 2. na sua sede
 3. na CVM
 4. na instituição que liderou a colocação das debêntures
- n) publicar, nos órgãos da imprensa onde a companhia EMISSORA efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea "m";




- o) manter atualizada a relação dos debetistas e seus endereços , mediante, inclusive, gestões junto à companhia EMISSORA;
- p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes da escritura de emissão especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- q) coordenar o sorteio das debêntures a serem resgatadas ou amortizadas, inutilizando os certificados correspondentes às debêntures resgatadas;
- r) notificar os debenturistas se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela companhia, de obrigações assumidas na escritura de emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
 - 1. à CVM;
 - 2. às Bolsas de Valores, quando for o caso;
 - 3. ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de instituição por ele autorizada a funcionar.

PARÁGRAFO QUARTO - No caso de inadimplemento da EMISSORA, deverá o AGENTE FIDUCIÁRIO usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos debenturistas, devendo para tanto:

- a. declarar, observadas as condições de escritura de emissão, antecipadamente vencidas as debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b. requerer a falência da companhia EMISSORA;
- c. tomar qualquer providência necessária para que os debenturistas realizem seus créditos; e
- d. representar os debenturistas em processo de falência da companhia EMISSORA.

PARÁGRAFO QUINTO - O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas de "a" a "c" do Parágrafo anterior se, convocada a assembléia de debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das debêntures em circulação. Na hipótese da alínea "d" do parágrafo anterior, será suficiente a deliberação da maioria das debêntures em circulação.



**IX
DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de São Caetano do Sul, estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura.

E por traduzir a presente Escritura de emissão de debêntures as condições aprovadas pela Assembléia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 1995, assinam a presente em 5 (cinco) vias na presença de duas testemunhas.

São Paulo, 22 de maio de 1995

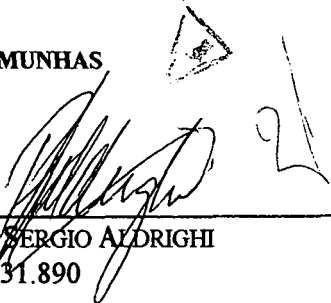
EMISSIONA

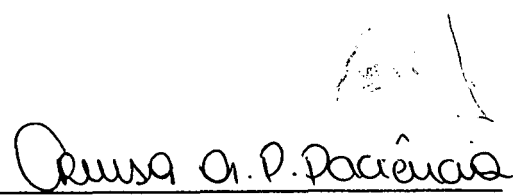
AGENTE FIDUCIÁRIO


**FIBRA LEASING S.A. - ARRENDAMENTO
MERCANTIL**


**OLIVEIRA BASTOS DISTRIBUIDORA DE
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

TESTEMUNHAS


**PAULO SERGIO ALDRIGHI
RG 4.131.890**


**CREUSA APARECIDA PIRES PACIÊNCIA
RG 10.951.849**


189 Ofício de Notas - BARRA DA TIJUCA - Notário: LUIS VITORIANO VIEIRA TEIXEIRA
Av. Armando Lombardi, 949 1º 218/RJ - Tel. 493-1320 - Nº 41322

Reconheço por semelhança a(s) firma(s):
CESAR REINALDO LEAL PINTO-86/80, #

Rio de Janeiro, 24 de Maio de 1995 as 16:51:32

Em Testemunho da verdade

JORGE FONSECA - Notário Subst - NIA

UFERJ = 31,25 - P/Firma 0,004 - P/Proc. Dados 0,04 - Total R\$ 31,294


129 CARTÓRIO DE NOTAS - HOMERO SANTI - TABELIAO
Al. Santos, 1470 - Fone: 288-6277

Reconheço por semelhança as firmas: SERGIO TUFFY SAYEG, PAULO SERGIO
ALDRIGHI, CREUSA APARECIDA PIRES PACIÊNCIA, as quais conferem com os
padrões depositados em Cartório.

São Paulo, 26 de maio de 1995

Em testemunho da verdade.

DULCE BERNARDES PERICO - ESCRIVENTE AUTOR.

Valores|Firma:R\$ 0,47|Proc.dados:R\$ 0,47|Total:R\$ 2,82

12º CARTÓRIO DE NOTAS
AL. SANTOS, 1470
Dulce Bernardes Périco
Escrivente Autorizada